**ESTADO DE SERGIPE** ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

PROJETO DE LEI

Autoria: Deputado Neto Batalha

Dispõe sobre a regulamentação da prática esportiva eletrônica

no Estado de Sergipe.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SERGIPE:

Faço saber que a Assembleia Legislativa do Estado

aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º O exercício da atividade esportiva eletrônica, no âmbito do

Estado de Sergipe, obedecerá ao disposto nesta Lei.

1.º Entende-se por esporte eletrônico as disputas em jogos

eletrônicos em que os participantes, sendo atletas profissionais ou não,

conhecidos ou desconhecidos, de forma

presencialmente, competem com recursos tecnológicos da informação

e comunicação, sendo o resultado determinado preponderantemente

pelo seu desempenho intelectual e destreza.

§ 2.º Entende-se como esporte eletrônico as referências como: eSports,

eGame, ciberesporte e qualquer outra nomenclatura criada que se

entenda como esporte eletrônico.

Art. 2.º Os praticantes de esportes eletrônicos passam a receber as

nomenclaturas de atleta, eGamer, Gamer, ciberatleta, bem como

ESTADO DE SERGIPE ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

qualquer outra nomenclatura criada que se entenda como praticante de

esporte eletrônico.

Art. 3º As competições poderão ser realizadas por intermédio de

plataforma digital, envolvendo mais de um competidor, em partidas

online ou presenciais, podendo os eventos serem patrocinados.

Parágrafo único. As competições poderão ser assistidas por

audiência presencial ou online, através de diversas plataformas de

stream online ou televisão, obedecidos os contratos entre

organizadores e patrocinadores.

Art. 4º Não serão considerados "eSports" ou "esportes

eletrônicos" as modalidades que se utilizem de jogos com conteúdo de

cunho sexual, que propague mensagem de ódio, preconceito ou

discriminação ou que faça apologia ao uso de drogas.

Art. 5º O "eSports" ou "esportes eletrônicos" para todos os

efeitos será considerado modalidade esportiva.

Art. 6º É livre a atividade esportiva eletrônica no Estado de Sergipe,

visando torná-la acessível a todos os interessados, de modo que possa

promover o desenvolvimento intelectual, cultural, esportivo e

contemporâneo, levando, juntamente a outras influências das

Tecnologias de Informação e Comunicação - TIC à formação cultural

propiciando a socialização, diversão e aprendizagem de crianças,

adolescentes e adultos.



Parágrafo único. São objetivos específicos do esporte eletrônico:

 I – promover, fomentar e estimular a cidadania, valorizando a boa convivência humana através da prática esportiva;

II – propiciar a prática esportiva educativa, levando os jogadores a se entender como adversários e não como inimigos, na origem do fair play, para a construção de identidades, baseada no respeito;

III – desenvolver a prática esportiva cultural, unindo por meio de seus jogadores virtuais, povos diversos em torno de si;

 IV – combater a discriminação de gênero, etnias, credos e o ódio, que podem ser passados subliminarmente aos sujeitos-jogadores nos jogos;

V – contribuir para a melhoria da capacidade intelectual fortalecendo o raciocínio e a habilidade motora de seus praticantes

Art. 7º Poderá o Poder Executivo regulamentar a presente Lei, dentro da sua esfera de competência, e através de seus respectivos órgãos responsáveis.

Art. 8º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

## NETO BATALHA DEPUTADO ESTADUAL





## **JUSTIFICATIVA**

Segundo dados, mais de 7 milhões de pessoas acompanham os eSports ao redor do Brasil, bem como que o país é líder na América Latina e o 3º maior do mundo. De acordo com a revista Forbes, em até 3 (três) anos, incluindo-se 2021, é esperado que o faturamento anual desta modalidade alcance por volta de US\$1,65 bilhão.

Apesar deste enorme mercado, e crescentes avanços tecnológicos que impulsionam o setor exponencialmente a cada ano, ainda não há uma definição legal do esporte eletrônico como modalidade esportiva.

Torna-se então imperiosa a definição, reconhecimento e identificação como esportistas de fato e de direito, dos jogadores desta modalidade esportiva moderna.

Com isto, busca-se garantir um apoio do Poder Público em relação a este novo esporte, já que com a falta de regulamentação dos jogos eletrônicos, muitos atletas não conseguem receber bolsa atleta, lei de incentivo ao esporte e outros recursos do Governo, que é considerado um passo importante para o desenvolvimento do esporte a nível nacional e mundial.

Outro ponto que merece destaque é o setor que investe nesse tipo de modalidade esportiva, e que com a falta dessa discussão e regulamentação não tem o seu desenvolvimento esperado e acaba gerando insegurança daqueles que pretendem investir no crescimento da modalidade.





Ressaltamos, que a denominação "eSports" ou "esportes eletrônicos" é a praticada a anos, e por isso mantemos.

Por fim, a prática esportiva eletrônica que contenha conteúdos de cunho sexual, ou apologia ao uso de drogas, não será considerada neste projeto de lei.

Em vista da relevância da matéria, solicitamos o apoio dos nobres pares para a aprovação da presente proposta

## **NETO BATALHA**

**DEPUTADO ESTADUAL** 



## PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi assinado eletrônicamente e pode ser acessado no endereço https://aleselegis.al.se.leg.br/splautenticidade utilizando o identificador 380033003400390036003A005000

Assinado eletrônicamente por **Neto Batalha** em **21/03/2023** 11:05 Checksum: **BBDD28013A823B9ED0AB85928A81F75447305C9FA7A73BC5BD5DEE4B2FF56F10** 

